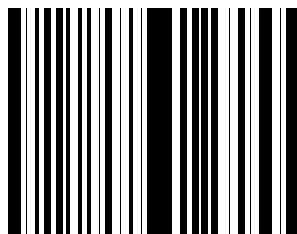


ISSN 1808678-0



V.2, N. 5, setembro 2006

Coordenação de Publicações

Rua Rocha, 233 - 7º andar - Bela Vista
CEP 01331-050 - São Paulo - SP
<http://www.direitogv.com.br>
revistadireitogv@fgvsp.br

CADERNOS DIREITO GV

V.2, N. 5, setembro 2006

Relatório de pesquisa - nº 13 São Paulo - setembro/2006

FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS



DIREITO GV

ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO

PROGRAMAS DE CLÍNICAS NAS ESCOLAS DE DIREITO DE UNIVERSIDADES NORTE-AMERICANAS

Ana Mara França Machado
Rafael Francisco Alves

FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS
EDES

ISSN 1808 - 6780

Cadernos Direito GV
V.2, N. 5, setembro 2006 ISSN 1808 - 6780
Editor
José Rodrigo Rodriguez

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

- Carlos Ivan Simonsen Leal**
Presidente
- Francisco Oswaldo Neves Dornelles**
Vice-Presidente
- Sérgio Franklin Quintella**
Vice-Presidente
- Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque**
Vice-Presidente

ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

- Ary Oswaldo Mattos Filho**
Diretor
- Antonio Angarita**
Vice-diretor
- Paulo Clarindo Goldschmidt**
Vice-diretor Administrativo
- José Rodrigo Rodriguez**
Coordenador de Publicações
- Adriana Ancona Faria**
Coordenação de Graduação
- Émerson Ribeiro Fabiani**
Coordenador Executivo da Direito GV
- Leandro Silveira Pereira**
Coordenador Executivo do GV*Law*

V.2, N. 5, setembro 2006
CADERNOS DIREITO GV - Nº 13

Os Cadernos Direito GV têm como objetivo publicar relatórios de pesquisa e textos debatidos na Escola de Direito de São Paulo. As edições são de circulação restrita.
A seleção dos textos é de responsabilidade da Coordenadoria de Publicações da EDESP.

CADERNOS DIREITO GV
V. 2, N. 5, setembro 2006

ISSN 1808-6780

Setembro 2006
São Paulo – SP

Publicação Bimestral da Fundação Getulio Vargas
Escola de Direito de São Paulo (DIREITO GV)

TIRAGEM: 300 EXEMPLARES

© CDG - Cadernos Direito GV, JULHO 2006 – São Paulo
Ed. Fundação Getulio Vargas
ISSN 1808-6780
BIMESTRAL

Revista da Escola de Direito de São Paulo
(DIREITO GV) da Fundação Getulio Vargas

EDITORES

Setembro, 2006, José Rodrigo Rodriguez.

INCLUI BIBLIOGRAFIA

DIREITO – PERIÓDICOS. I. São Paulo. DIREITO GV
Todos os direitos desta edição são reservados à ED. FGV.

DISTRIBUIÇÃO

Comunidade científica: 300 exemplares

REVISÃO

Ana Mara França Machado (estagiária)

PRODUÇÃO INDUSTRIAL

Impressão e acabamento: Gráfica FGV

Data da Impressão: Setembro/2006

Tiragem: 300

PERIODICIDADE

Bimestral

CORRESPONDÊNCIA

Rua Rocha, 233, 7º andar – Bela Vista
CEP 01331-050 – São Paulo – SP - Brasil

Tel: (11) 3281-3304 / 3310

<http://www.direitogv.com.br>

Email: revistadireitogv@fgvsp.br

CADERNO DIREITO GV

V. 2, N. 5, Setembro 2006

Índice

1. Introdução	4
2. Histórico das Clínicas Norte-Americanas	6
3. Panorama de Alguns Programas de Clínicas	14
3.1. Harvard Law School	14
3.2. Chicago Law School	18
3.3. Michigan Law School	25
3.4. Cardozo School of Law	27
3.5. Columbia Law School	31
3.6. Georgetown Law School	34
3.7. Yale Law School	38
3.8. Nyu School of Law	40
3.9. Berkeley School of Law	43
3.10. Stanford Law School	46
3.11. Miami Law School	51
4. Bibliografia	57

PROGRAMAS DE CLÍNICAS NAS ESCOLAS DE DIREITO DE UNIVERSIDADES NORTE-AMERICANAS

Ana Mara França Machado e Rafael Francisco Alves

1. INTRODUÇÃO

O propósito deste trabalho é apresentar um breve panorama dos programas de clínicas nas Escolas de Direito de algumas Universidades norte-americanas. Ele é fruto de uma pesquisa realizada entre os meses de novembro de 2004 e março de 2005, sob a supervisão da Coordenadoria de Pesquisas e Publicações, pesquisa esta que tinha como objetivo fornecer elementos para a concepção do projeto de Prática Jurídica da DIREITO GV, ainda incipiente naquele momento.

O relatório a ser aqui apresentado não possui qualquer pretensão analítica ou valorativa. Antes, a proposta é apenas oferecer uma descrição sintética de alguns programas de clínicas, de acordo com as informações disponibilizadas nos *sites* das Universidades norte-americanas no momento da realização da pesquisa.

Para o levantamento dos dados relativos aos programas de clínicas, foram escolhidas onze das principais Universidades dos Estados Unidos. Os critérios para a escolha basearam-se (1) nas indicações de professores da DIREITO GV que estudavam o tema; (2) no contato que já havia sido estabelecido com algumas escolas e seus professores, especificamente a *Cardozo University* e *Georgetown University*; e, finalmente, (4) na disponibilidade das informações nos *sites* das Escolas. Com base nesses critérios, as Universidades escolhidas foram: Harvard, Chicago, Michigan, Cardozo, Columbia, Georgetown, Yale, New York, Berkeley, Stanford, Miami.

A pesquisa foi orientada a partir de um questionário que continha sete perguntas, representando as informações básicas que se pretendia levantar:

- 1) Quais são as clínicas jurídicas?
- 2) Como funcionam as clínicas?
- 3) Qual a relação com o currículo?

- 4) Qual a participação dos docentes?
- 5) Qual a metodologia de ensino aplicada?
- 6) Como é feita a avaliação do aluno?
- 7) Quais são as habilidades desenvolvidas?

A cada banco de dados de cada um dos programas de clínicas foi aplicado esse mesmo questionário. Essa metodologia foi escolhida com o intuito de facilitar o entendimento e a comparação dos dados, já que este é um trabalho exclusivamente descritivo, como destacado.

O relatório aqui apresentado está dividido em duas partes: a primeira contém um breve histórico a respeito do surgimento e do desenvolvimento do ensino jurídico em clínicas nos EUA, desde o século XIX até os dias de hoje. Esse histórico serve como pano de fundo para melhor compreender os dados que são fornecidos na segunda parte, quando se passa ao relato das informações obtidas com a pesquisa propriamente dita.

2. HISTÓRICO DAS CLÍNICAS NORTE-AMERICANAS

O movimento de *Clinical Legal Education* (ensino jurídico em clínicas) remonta sua origem ao ano de 1870, estando relacionado a diversos fatores, dentre eles: (i) a introdução do “case method” por Langdell em Harvard; (ii) a crescente preocupação das escolas de direito com a preparação de seus estudantes para a vida profissional; (iii) a eliminação dos estágios profissionais como meio de admissão à ordem dos advogados, criando um vácuo no processo de educação jurídica; (iv) o processo de criação da ordem dos advogados (*American Bar Association*) e a conseqüente rediscussão dos estágios profissionais e dos meios de admissão de novos bacharéis; (iv) o crescimento do movimento para a assistência jurídica dos mais necessitados¹.

Os primeiros nomes relacionados ao clinical legal education são Reginald Heber Smith e John Saeger Bradway que, juntos, escreveram “O crescimento do trabalho de assistência jurídica nos EUA”², para o Departamento de Trabalho do governo norte-americano, fazendo a relação entre a assistência jurídica e o ensino do Direito.

Pode-se dizer que a primeira Faculdade de Direito a criar um programa de clínicas foi a da Universidade da Pennsylvania, em 1893³. A denominação de clínicas é derivada da metodologia utilizada tipicamente nos cursos de Medicina. Esta metodologia vinha para fazer frente às tradicionais técnicas de ensino das escolas norte-americanas. Neste contexto, é bastante esclarecedor o relatório de Bradway a respeito da clínica de assistência jurídica da Universidade de Duke em 1932⁴:

“In the last fifteen years law schools have been turning more and more attention to helping the student bridge the gap between theory and practice. With this end in view courses in practice, moot court arguments, research and briefing projects occupy more space in the Law School curriculum. The Legal Aid Clinic is a still further step in this direction going as far as one can go in bringing the

¹ MACCRATE, Robert, *Educating a Changing Profession: from Clinic to Continuum*, 64 Tennessee Law Review 1099 (1997), p.1100.

² MACCRATE, Robert, *Educating cit*, p. 1102.

³ MACCRATE, Robert, *Educating cit*, p. 1102.

⁴ *Apud* MACCRATE, Robert, *Educating cit*, p. 1103.

student in touch with actual problems of practice. A Legal Aid Clinic is a legal aid society under the guidance of a Law School and with the double purpose of legal aid to the poor as a public service and legal education by the clinical method. In the field of education the process is similar to clinical training in the field of medicine. It supplements the case method ”.

O movimento do ensino jurídico em clínicas foi impulsionado a partir da década de 1950 e 1960, graças aos investimentos feitos pela Fundação Ford⁵. Neste sentido, destaca-se a criação do Conselho Nacional de Clínicas Jurídicas⁶ (1958) e do Conselho de Ensino Jurídico para a Responsabilidade Profissional – CLEPR⁷ (1968), ambos com recursos da Fundação Ford. Nos primeiros dois anos do projeto do CLEPR, o número de escolas oferecendo créditos em seus currículos para o trabalho em clínicas cresceu de 25 para 80. A partir de então, o foco do ensino passou gradativamente para a educação continuada das responsabilidades profissionais do advogado.

Neste contexto, o programa de clínicas da Universidade de Tennessee, criado em 1947 pelo professor Charles Henderson Miller, passou a servir de modelo para as demais escolas de Direito, por priorizar o aprendizado do papel a ser desempenhado pelo advogado na sociedade, ou seja, a responsabilidade profissional, em detrimento de um ensino que ficasse restrito, exclusivamente, a técnicas da advocacia⁸.

Vale a pena mencionar, neste passo, alguns problemas diagnosticados em 1979, pelo presidente do CLEPR⁹: (i) apesar da imensa maioria das escolas já oferecerem programas de clínicas como créditos, apenas uma minoria dos estudantes de direito estava, de fato, participando da experiência das clínicas; (ii) dos que participavam, menos de 40% estavam em programas bem supervisionados e com efetivo envolvimento dos professores; (iii) além disso, os créditos referentes às clínicas tinham pouca integração com o currículo como um todo; (iv) por fim, os supervisores das clínicas eram vistos como docentes de segunda

⁵ MACCRATE, Robert, *Educating* cit, p. 1107.

⁶ National Council on Legal Clinics.

⁷ Council on Legal Education for Professional Responsibility.

⁸ MACCRATE, Robert, *Educating* cit, p. 1111.

⁹ Idem.

categoria e as suas condições de trabalho e remuneração eram inferiores às aquelas dadas aos demais professores.

Aos poucos, assistiu-se a um aumento do campo de atuação das clínicas, extrapolando as áreas ligadas diretamente à assistência dos mais necessitados para abranger também o direito administrativo, o direito ambiental, o direito concorrencial, direito tributário, entre outros. Além disso, começou a haver também um aumento progressivo do comprometimento da Faculdade com as clínicas, saindo de uma postura mais acomodada para exercer o controle e a supervisão adequados ao desenvolvimento dos programas.

Uma das escolas mais resistentes ao reconhecimento acadêmico da importância da metodologia das clínicas foi a *Harvard Law School*. Curiosamente, a *Harvard Legal Aid Bureau* (HLAB), fundada em 1913, foi uma das primeiras clínicas jurídicas criadas nos Estados Unidos. Todavia, ela foi incorporada em 1914 como uma associação de caridade independente e continuou sendo gerida voluntariamente pelos alunos, oferecendo assistência jurídica para pessoas carentes, sem que houvesse um envolvimento mais direto da Faculdade, que não se responsabilizava pelo programa. A clínica consistia em uma atividade exclusivamente extracurricular. O ensino nas clínicas como metodologia própria só se iniciou de fato em Harvard em 1966 com o *Community Legal Assistance Office* (CLAO). Ultimamente, as organizações estudantis de prática jurídica tornaram-se parte do programa de clínicas da escola, ao lado dos escritórios geridos pela própria Faculdade, inclusive com reconhecimento de créditos acadêmicos.

O estímulo trazido pelo projeto do Conselho de Ensino Jurídico para a Responsabilidade Profissional (CLEPR) impulsionou inúmeros estudos sobre as clínicas ao longo dos anos de 1970-80¹⁰.

De todos estes estudos, o mais paradigmático foi, sem dúvida alguma, o relatório, publicado em 1992, denominado *Legal Education and Professional Development – an Educational Continuum*¹¹. Ele foi um produto da força tarefa criada em 1989 no âmbito da

¹⁰ MACCRATE, Robert, *Educating* cit, p. 1121-1124.

¹¹ MACCRATE, Robert, *Symposium on the 21st Century Lawyer: keynote address – the 21st Century Lawyer: is there a gap to be narrowed?*, 69 *Washington Law Review* 517 (1994), p. 517 e MACCRATE, Robert, *Introduction: Teaching Lawyering Skills*, 75 *Nebraska Law Review* 643 (1996), p. 644.

ordem dos advogados (*American Bar Association*) na seção de Ensino Jurídico e Admissão na Ordem, e pela Justice Rosalie Wahl, da Suprema Corte de Minnesota, dentro do tema *Law Schools and the Profession – Narrowing the Gap*¹². O relatório, também conhecido como MacCrate Report (Robert MacCrate foi o responsável pela Seção de Ensino Jurídico durante a realização do projeto), é tido como um divisor de águas no campo do ensino jurídico. Tomou como ponto de partida não as escolas de direito, como se fazia tradicionalmente, mas os advogados e o exercício de sua profissão.

Entre as mais importantes conclusões deste relatório, pode-se mencionar¹³:

1. O ensino jurídico deve estar focado em determinadas habilidades típicas da advocacia e em valores profissionais da carreira jurídica. Assim, foram identificados dez habilidades e quatro valores que, todavia, não estão em um rol exaustivo, nem podem ser absolutamente separados uns dos outros, como se fossem características compartimentalizadas. São eles:
 - a. Habilidades:
 1. Resolução de problemas;
 2. Análise e raciocínio jurídicos;
 3. Pesquisa jurídica;
 4. Investigação dos fatos;
 5. Comunicação oral e escrita;
 6. Consultoria;
 7. Negociação;
 8. Compreensão dos procedimentos judiciais e extrajudiciais de resolução de disputas;
 9. Organização e administração do trabalho jurídico;
 10. Reconhecimento e resolução de dilemas éticos.
 - b. Valores:
 1. Representação competente: responsabilidade com o cliente;

¹² MACCRATE, Robert, *Educating* cit, p. 1126.

¹³ MACCRATE, Robert, *Symposium* cit, p. 520-525.

2. Promoção da justiça e da moralidade: responsabilidade com o sistema de Justiça;
 3. Aperfeiçoamento da profissão: responsabilidade com a carreira;
 4. Autodesenvolvimento profissional: responsabilidade com si próprio.
-
2. Todas estas habilidades e valores de um advogado competente e responsável são desenvolvidos ao longo de um processo contínuo, que nem começa nem termina na escola de direito;
 3. Esta educação contínua deve ser vista como um trabalho comum a ser desempenhado por educadores, advogados e membros do Poder Judiciário, cada qual com as suas próprias capacidades e oportunidades.

Este relatório foi divulgado em um momento de grande crescimento do número de profissionais e de serviços jurídicos, bem como de maior participação do sexo feminino na prática da advocacia e, ainda, ampliação das diversas áreas de atuação do advogado, com a conseqüente necessidade de maior especialização profissional.

Importante destacar também que em 1992 foi fundada a *Clinical Legal Education Association* (CLEA), uma associação sem fins lucrativos que já conta com 600 membros e cujos objetivos são: a integração de todos os interessados em *clinical education*, representar os interesses dos professores de clínicas dentro e fora da Academia, promover e disseminar a prática e a pesquisa das clínicas jurídicas, promover o desenvolvimento profissional dos professores de clínicas, reunir e distribuir informações sobre o ensino em clínicas, promover o desenvolvimento das metodologias das clínicas e integrá-las ao ensino do Direito, entre outros.

Por fim, vale mencionar um artigo do professor Russell Engler¹⁴, diretor do programa de clínicas da *New England School of Law* em Boston. O autor trata basicamente da importância do *MacCrate Report* e de seu uso para a próxima década. Nesta tarefa, procura identificar as possíveis lacunas (*gaps*) nos programas das escolas de Direito em relação às

¹⁴ ENGLER, Russell, *A Guide to Utilizing the MacCrate Report Over the Next Decade*, 23 Pace Law Review 519 (2003).

habilidades e aos valores profissionais indicados no Relatório e as formas de atacá-las. De modo geral, o professor acredita que as habilidades menos desenvolvidas pelos currículos das Faculdades são as relativas aos meios alternativos de solução de disputas (*Alternative Dispute Resolution* – ADR), à redação jurídica, à organização e administração do trabalho jurídico. Quanto aos valores, acredita que há um descompasso entre a relevância dada a eles pelo Relatório e a atenção dispensada às habilidades, sendo estas privilegiadas. Daí a necessidade de programas de focalizem mais o desenvolvimento dos valores éticos da advocacia. Todavia, alerta o autor para a importância de se atentar para o projeto de cada escola, a sua missão institucional e o perfil de profissionais que pretende formar, para saber quais habilidades e valores priorizar.

Concluído esse breve panorama histórico, cabe ressaltar que os programas de aprendizado por meio de clínicas representam hoje uma das bases do ensino do Direito em Universidades norte-americanas, podendo ser vistos sob diferentes perspectivas: como ferramenta para o desenvolvimento de certas habilidades e competências, como meio de atuação em favor do interesse público, como parte da educação moral dos estudantes de direito, como metodologia diferenciada de ensino a ser aplicada também em sala de aula, etc.

Atualmente, as clínicas estão cada vez mais integradas aos projetos acadêmicos das Escolas. Há uma crescente conscientização de que as habilidades e os valores buscados por esses programas devem estar no centro do currículo dos cursos de graduação

A prática das clínicas jurídicas nas diversas Universidades norte-americanas apresenta um panorama geral bastante uniforme. O processo educativo é normalmente dividido em dois momentos. O primeiro ocorre na própria sala de aula, onde os alunos assistem a cursos sobre as habilidades específicas que serão desenvolvidas posteriormente na prática ou ainda sobre a matéria específica com a qual irão lidar nos casos práticos. O segundo momento ocorre na prática: os estudantes têm então a oportunidade de enfrentar situações concretas em casos reais ou simulados, tendo que tomar decisões, assumir a responsabilidade pelo sucesso ou insucesso das pretensões de seus clientes e encarar dilemas éticos.

Com base nesse panorama comum, foi possível identificar ainda quatro modelos distintos de clínicas jurídicas: (a) assistência jurídica, (b) pesquisa, (c) simulação e (d) estágio prático.

A base da maior parte dos programas de clínicas consiste no modelo de atuação supervisionada do aluno de graduação em litígios reais que envolvam uma parte que é incapaz de arcar com os custos de uma representação privada (modelo da assistência jurídica). Os alunos são supervisionados pelo corpo acadêmico da clínica e normalmente atuam em todas fases do processo, sendo responsáveis pelo seu regular andamento. Trata-se, assim, de uma combinação entre ensino, pesquisa e extensão.

Entre as atividades a serem desempenhadas pelos alunos, destaca-se o contato direto com o cliente, negociações com a parte contrária, participação em reuniões e em sessões de mediação, pesquisas jurídicas e jurisprudenciais, análise e elaboração de contratos e outros documentos jurídicos, postulação perante órgãos do Poder Judiciário e em processos administrativos, participação em audiências judiciais, enfim, a representação direta de seus clientes, seja judicial¹⁵, ou extrajudicial.

O segundo modelo são as clínicas voltadas preponderantemente à pesquisa, podendo ter como produtos a prestação de consultoria técnica ou a elaboração de pareceres. Elas representam ótima oportunidade para alunos que têm o intuito de ingressar na carreira acadêmica ou querem somente aprofundar os seus estudos, sendo também supervisionados por professores que normalmente se dedicam integralmente a este trabalho.

O terceiro modelo é o voltado para simulações. Neste caso, os alunos se preparam para representar as partes envolvidas em um dado conflito, por meio de exercícios de simulação. Como exemplo, podemos citar a reunião dos representantes de países membros da Organização das Nações Unidas (ONU). Estas simulações podem ocorrer tanto no âmbito da própria Universidade quanto em outras instituições que servem de sede para os exercícios, normalmente contando com estudantes de diversas Faculdades e países.

¹⁵ Na maior parte dos Estados pesquisados, a legislação permite a representação direta dos clientes pelos próprios alunos, desde que haja a supervisão da Faculdade.

O quarto modelo consiste nas clínicas voltadas ao estágio prático. O sistema de ensino do Direito norte-americano não possibilita ao estudante estagiar durante a sua formação. No entanto, por meio desses programas, os estudantes têm a oportunidade de atuar em órgãos do Poder Judiciário, escritórios e ONGs enquanto cursam a graduação (ainda que precisem tirar licença da faculdade por alguns meses), além da alternativa de praticar a assistência jurídica, como já indicado acima.

3. PANORAMA DE ALGUNS PROGRAMAS DE CLÍNICAS

3.1. HARVARD LAW SCHOOL

1. Quais são as clínicas?

1. Criminal Justice Institute:

A clínica oferece assistência jurídica a acusados criminais indigentes (incluindo adolescentes), propiciando aos alunos uma experiência prática para os ensinamentos de sala de aula, além de ser um ambiente para a pesquisa em diversas áreas da Justiça criminal. É o componente prático da disciplina Introduction to Trial Advocacy: Criminal Justice, um curso que combina aulas semanais, com intensa discussão sobre teorias jurídicas, estratégias da advocacia e questões éticas, com seminários focando nas habilidades do advogado e questões de direito substancial no contexto da representação de um cliente. Os estudantes cuidam de 6 a 8 casos judiciais durante o semestre, além de representar os clientes em audiências administrativas. Eles atuam em todas as etapas do processo, incluindo entrevistas com clientes, investigação dos fatos, desenvolvimento de teses, preparação e condução de inquirição a testemunhas.

2. Hale and Dorr Legal Services Center:

Fundado há mais de vinte anos, este centro fornece assistência jurídica para clientes de média e baixa renda (até US\$ 40.000 por ano) em diversas áreas do Direito, tais como direito de família, direito do consumidor, direito de locação, direito empresarial, direito do trabalho, microempresas, associações sem fins lucrativos, etc. É também um laboratório para iniciativas inovadoras referentes à assistência jurídica de qualidade. Atualmente, existem cerca de 1200 casos em andamento. Em cada semestre, a clínica abriga por volta de 80 alunos do segundo ou terceiro ano de graduação, sob a supervisão de 20 professores. O centro possui uma rede de computadores com todos os tipos de ferramentas à disposição dos alunos e instrutores, desde a pesquisa até o gerenciamento dos casos. Em 2001-2002, o orçamento da clínica ficou em torno de US\$ 2.400.000, sendo que cinco sextos vieram da própria Universidade e um sexto decorreu de

contratos de parceria assinados pelo Centro e dos honorários pagos pelos clientes, de acordo com a possibilidade financeira de cada um e a complexidade do caso.

3. Harvard Immigration and Refugee Clinic:

Trata-se de um projeto de parceria entre a Faculdade de Direito e o Greater Boston Legal Services, onde fica a sede da clínica. Nela, os alunos têm reservado seus espaços individuais de trabalho, tendo à disposição computadores e sistemas de gerenciamento de casos. O projeto atua na representação direta de vítimas de violação de direitos humanos que buscam refúgio ou outros mecanismos de proteção nos Estados Unidos. Alguns casos também incluem reestruturação de famílias e defesas em processos de extradição. Os estudantes atuam na entrevista de clientes, na investigação dos fatos, elaboração de teses jurídicas, inquirição de testemunhas, colheita de provas. Normalmente, os estudantes atuam intensamente em apenas um ou dois casos. Os cursos relacionados com esta clínica são: *Immigration Law*, *Human Rights Advocacy Clinical Seminar (Asylum Law Placements)*, *Human Rights and International Law (Asylum Law Placements)*.

4. Harvard Legal Aid Bureau:

Esta clínica fornece assistência jurídica a pessoas de baixa renda nos condados de Middlesex e Suffolk. Apesar de atuar em diversas áreas, o foco do trabalho desta clínica é locação, direito de família e previdência social. A clínica não atua em casos de direito criminal, falimentar ou trabalhista. Entre as atividades dos alunos, destaca-se a investigação dos problemas, a negociação, a prestação de consultoria jurídica e o aconselhamento, a representação de clientes em juízo ou perante agências governamentais. Trata-se do mais antigo escritório de assistência jurídica gerido por alunos, tendo sido fundado em 1913.

Há também:

1. Student Practice Organizations (SPOs): gerenciadas por alunos e supervisionadas por instrutores, fornecem uma variedade de serviços jurídicos civis e criminais:
 - a. Harvard Defenders: fornece representação jurídica a pessoas de baixa renda em processos criminais; contam com aproximadamente 75 alunos;
 - b. Harvard Mediation: fornece múltiplas alternativas para o aprendizado, o ensino e a prática da mediação; oferece serviços de mediação à comunidade;
 - c. Prison Legal Assistance Project: presta defesa a prisioneiros acusados da prática de ilícitos durante o cumprimento da pena.
 - d. Tenant Advocacy Project: representa clientes perante os programas governamentais de habitação, incluindo tanto a defesa em ações de despejo quanto a busca de acesso aos programas. Atua também nas questões de locação em geral. Aceita inclusive alunos do primeiro ano.
2. Externship Placements: programas de clínicas fora da Harvard, o que inclui: escritórios de advocacia, associações de interesse público, agências, etc.

2. Como funcionam as clínicas?

De maneira geral, as clínicas prestam assistência jurídica gratuita (ou com custos reduzidos) em diversas áreas. Professores em tempo integral orientam os alunos. A partir do terceiro ano, os alunos podem se inscrever em qualquer curso de clínicas (para o segundo ano, existem restrições quanto às matérias criminais). Os alunos também participam de audiências nos tribunais.

3. Qual a relação das clínicas com o currículo?

O núcleo dos cursos de clínicas, focando especificamente no desenvolvimento de habilidades da advocacia e na responsabilidade ética, é formado por: Introduction to Advocacy Civil: The Lawyering Process; Introduction to Trial Advocacy Criminal: Prosecution Perspectives; Introduction to Trial Advocacy Criminal: Criminal Justice. Atentando-se para o currículo das clínicas, e um modo mais abrangente, são oferecidos três tipos de cursos, com as respectivas disciplinas:

1. Skills, Professional Role and Responsibility Courses: Civil Litigation Workshop; Clinical Workshop; Introduction to Advocacy Civil: The Lawyering Process; Introduction to Advocacy Civil: Skills and Ethics in Law Practice; Introduction to Trial Advocacy Criminal: Prosecution Perspectives; Introduction to Trial Advocacy: Criminal Justice; Legal Profession: Delivery of Legal Services; Legal Profession: The Responsibilities of Public Lawyers.
2. Doctrinal, Policy Courses: Administrative Law; Asylum and Refugee Law; Business Planning: The Lawyer's Role in Deal-Making for Modest-Sized Enterprises; Community Action for Social and Economic Rights; Community Economic Development; Critical Perspectives on Law; Cyberlaw and the Global Economy; Cyberlaw: Internet Points of Control; Digital Democracy; Employment Discrimination Law; Employment Discrimination Litigation; Employment Law; Environmental Justice and Community Lawyering; Environmental Law; Family Law; Government Lawyer; Housing Law and Policy; Human Rights Advocacy: Clinical Seminar; Human Rights Clinical Workshop; Human Rights, State Sovereignty and Persecution; International Human Rights; The Judicial Process in Community Courts; Labor Law; Latino Civil Rights; Law, Education and Civil Rights; Law and the Political Process; Local Government Law; Pathways to Sustainable Work; Practical Lawyering and Internet; Theory and Practice of Public Lawyering; Wills and Trusts; Work, Care and Development.
3. Simulated Skills Courses: Trial Advocacy Workshop: com a duração de três semanas, destina-se ao aprendizado de técnicas e habilidades específicas para os julgamentos nos tribunais.

Cada disciplina tem um número de créditos a serem cumpridos em sala de aula e outros a serem cumpridos nas clínicas – para cada tipo de clínica escolhida pelo aluno, há um curso correspondente a ser cursado, como pré-requisito. Cada crédito na clínica corresponde a 5 horas de trabalho por semana. O mínimo exigido é de 2 créditos, ou seja, 10 horas de trabalho por semana na clínica. O máximo são 20 horas por semana e um total de 12 créditos em clínicas.

4. Qual a participação dos docentes nas clínicas?

Os professores atuam como supervisores dos alunos, em regime de dedicação integral. Cada aluno terá um supervisor, que acompanhará todo o seu aprendizado.

5. Qual a metodologia utilizada nas clínicas?

Existem três componentes de ensino:

1. Colocar o aluno em práticas reais, para que ele tenha responsabilidade direta com os clientes, o que estimularia o aprendizado;
2. Supervisão de um tutor experiente, para potencializar o aprendizado;
3. Discussão das experiências práticas em sala de aula, para aprimorar o aprendizado.

6. Como é feita a avaliação dos alunos?

São feitas duas avaliações escritas pelo supervisor do aluno: uma na metade e outra no fim do semestre. Ao final, o supervisor indicará a nota correspondente, que poderá ser única ou dividida em duas: uma para os créditos em sala de aula e outra para o trabalho nas clínicas.

7. Quais são as habilidades a serem desenvolvidas?

Os objetivos do programa de clínicas são: desenvolver habilidades básicas da prática da advocacia e responsabilidade profissional; permitir que o aluno potencialize a sua melhor forma de aprendizado; desenvolver hábitos de auto-aprendizado, para a obtenção de altos padrões profissionais após a graduação; desenvolver o senso de responsabilidade e o senso ético; fazer com que o aluno compreenda melhor as doutrinas e os institutos jurídicos; auxiliar os alunos na escolha de sua carreira jurídica; enfatizar o valor do serviço público.

3.2. CHICAGO LAW SCHOOL**1. Quais são as clínicas?**

1. Edwin F. Mandel Legal Aid Clinic:

O objetivo é ensinar as habilidades relacionadas à advocacia, a ética profissional e os efeitos das instituições jurídicas sobre os mais necessitados; além disso, procura-se também examinar e aplicar teorias jurídicas enquanto se exerce a advocacia para aqueles que são tipicamente marginalizados do acesso à Justiça; por fim, o objetivo é também o de reformar a educação jurídica e o sistema jurídico para serem mais sensíveis aos interesses dos mais necessitados. A clínica presta assistência jurídica a pessoas carentes. Os estudantes são estimulados a identificar remédios jurídicos para problemas recorrentes, seja por meio de novas leis ou pela melhoria dos serviços oferecidos pelo Estado, e sempre auxiliando os grupos comunitários e a ordem dos advogados em projetos de reforma legislativa.

2. MacArthur Justice Center:

Trata-se de uma instituição de interesse público sem fins lucrativos, fundada em 1985 por J. Roderick MacArthur e filiada à Universidade de Chicago desde 1993, tendo como foco de atuação as disputas de impacto constitucional no campo da justiça criminal. O centro atua em uma grande variedade de casos relativos ao funcionamento do sistema de justiça criminal, às liberdades públicas e aos direitos humanos internacionais, sendo especializado em temas como: abuso de autoridade pela polícia, tratamento dos prisioneiros, superlotação dos presídios, controle de armas, indenização por erros judiciários, pena de morte, testes de DNA, acesso da imprensa à prisão, direitos dos mais pobres a uma representação adequada e prisões ilegais. Os 16 estudantes que trabalham na clínica têm a oportunidade de pesquisar tópicos de direito material e processual, além de participarem da elaboração de estratégias de advocacia. O orçamento anual da entidade gira em torno de US\$ 400.000.

3. Institute for Justice Clinic on Entrepreneurship:

Esta clínica é fruto de um projeto conjunto entre a *University of Chicago Law School* e o *Institute for Justice*. Este último, fundado em 1991, intitula-se como um escritório de advocacia libertário e de interesse público cujo objetivo é o de expandir as liberdades econômicas, ou seja, proteger indivíduos contra o

governo quando este viola seus direitos básicos garantidos pela Constituição, como o da propriedade privada, a liberdade de expressão, a liberdade de educação e o direito de se “sustentar honestamente”, atuando em defesa do Estado de Direito, em contraposição ao Estado de bem estar social. A clínica, fundada em 1997, fornece gratuitamente uma série de serviços jurídicos, especialmente para microempresas que estão iniciando suas atividades, empresas locais em comunidades de baixa renda e associações sem fins lucrativos (neste último caso, apenas se elas servem para treinamento ou fonte de recursos negociais para futuros empresários). O objetivo é que os empresários consigam criar e manter seus negócios e, assim, “ganhar a vida honestamente”. Embora a clínica não atue judicialmente (com propositura de ações ou defesas judiciais), os estudantes aprendem a defender o interesse dos clientes na esfera administrativa. Eles também trabalham em temas como contratos, abertura de empresas e formação de sociedades, negociações relativas à propriedade, proteção de marcas e patentes, direito urbanístico, direito tributário, além de transações empresariais. A participação na clínica é limitada a estudantes que estão matriculados na disciplina *Entrepreneurship & The Law*, contando três créditos. Pela prática na clínica, que varia de dois a cinco trimestres, o estudante ganha um crédito para cada 40 horas de trabalho, não podendo ultrapassar seis créditos no total, três por trimestre. Em suma, pode-se dizer que o programa está estruturado em três pilares: assistência para empresários, ensino da prática da advocacia empresarial para os alunos e a defesa da liberdade econômica.

Outros projetos:

The Civil Rights Police Accountability Project: Teve início no inverno de 2000. O objetivo é aprimorar os serviços policiais e cobrar a responsabilidade da polícia de Chicago por abuso de autoridade, tanto por meios judiciais quanto extrajudiciais. O programa oferece representação jurídica a vítimas de abusos policiais. Além da atuação nos casos concretos, o projeto também investe nas discussões das reformas legais, inclusive com a formulação de políticas públicas e projetos de leis. Disciplinas recomendadas: ***Evidence and Criminal***

Procedure I, Constitutional Law III, Evidence, Criminal Procedure I, Pretrial Advocacy, Major Civil Litigation, Intensive Trial Practice Workshop, Trial Advocacy.

The Criminal and Juvenile Justice Project: o intuito é fornecer representação jurídica de qualidade a crianças acusadas de crime ou delinquência. Neste contexto, o projeto procura expandir o conceito de representação jurídica para incluir as necessidades psicológicas, médicas, sociais e educacionais, além de pensar em penas alternativas à prisão. Entre os objetivos pedagógicos, pode-se mencionar o incentivo aos alunos a dedicarem futuramente parte de seu tempo profissional ao trabalho de interesse público, o incentivo à crítica da teoria jurídica aprendida em sala de aula e a busca do aprimoramento do sistema de Justiça e das suas relações com os mais pobres, incluindo a elaboração de políticas e estratégias para a prevenção efetiva do crime e da violência. São feitas reuniões periódicas para a discussão dos casos em grupo, além de serem debatidas as políticas e reformas legais. Alunos do segundo ano trabalham sempre em conjunto com alunos do terceiro ano. Todos são sempre encorajados a trabalharem cooperativamente e criativamente. Disciplinas recomendadas: ***Evidence, Criminal Procedure, Juvenile Justice, Professional Responsibility, Pretrial Advocacy, Intensive Trial Practice Workshop, Trial Advocacy.***

Criminal Justice Reform: este programa é dado pelos advogados do *MacArthur Justice Center*. O objetivo é criar uma oportunidade para que os estudantes possam aplicar os princípios aprendidos na sala de aula a contextos concretos. Assim, eles auxiliam os advogados na representação direta dos clientes em relação à justiça criminal. Espera-se que o aluno adquira responsabilidade profissional num contexto de vida real, que ele também reflita sobre a relação entre a prática e os valores pessoais. Disciplinas recomendadas: ***Pretrial Advocacy, Intensive Trial Practice Workshop, Trial Advocacy.***

The Employment Discrimination Project: o projeto representa clientes em casos perante o ***Department of Human Rights*** e a ***Illinois Human Rights Commission***, atuando na área de discriminação em local de trabalho por raça, cor, gênero, deficiências e origem. O projeto procura também aperfeiçoar os instrumentos à disposição das vítimas de discriminação no trabalho, de modo que elas possam obter acesso rápido e efetivo aos órgãos públicos. Por isso, o projeto é bastante ativo na área da reforma legislativa, participando juntamente com

outros grupos de direitos civis para a alteração do *Illinois Human Rights Act*. Estudantes do segundo ano trabalham individualmente nos casos do Departamento e em conjunto com estudantes do terceiro ano nos casos da Comissão. Disciplinas recomendadas: *Employment Discrimination, Evidence, Pretrial Advocacy Intensive Trial Practice Workshop, Trial Advocacy*. A avaliação dos alunos é feita de acordo com a participação em sala de aula.

The Irwin Askow Housing Initiative: este projeto oferece representação jurídica para associações de moradores, em temas de direito habitacional e locação. Além de atuarem diretamente em transações, aconselhamento dos clientes, negociações, elaboração de contratos de financiamento, os alunos se reúnem semanalmente para a discussão da legislação e das habilidades específicas envolvidas nas transações. Entre os tópicos estão: política de habitação urbana, tributação, programas governamentais de financiamento, restauração de prédios históricos, política de zoneamento urbano, etc.

Mental Health Advocacy: neste projeto, os estudantes atuam em demandas individuais e coletivas a favor de clientes com doenças mentais e dificuldades financeiras da clínica *Edwin F. Mandel Legal Aid*. O estudante pode optar por focar em processo judicial ou legislação ou em ambos. Além das habilidades específicas da advocacia, o curso também objetiva desenvolver nos alunos a compreensão das relações entre a prática individual e a prática coletiva da advocacia, assim como a relação entre a advocacia litigante e a advocacia legislativa. Disciplinas recomendadas: *Pretrial Advocacy, Intensive Trial Practice Workshop, Trial Advocacy, Legislation, Legislative Process, Law and the Mental Health System*.

2. Como funcionam as clínicas?

Os alunos ingressam a partir do segundo ou terceiro ano, sendo selecionados por sorteio. Para se matricular em um curso, deve-se observar o mínimo de dois trimestres e máximo de seis trimestres.

Conforme visto acima, entre as atividades desenvolvidas pelos alunos, podem ser mencionadas: entrevistas com clientes, investigação de fatos, negociações com a parte contrária, trabalhos com as agências governamentais, negociações em nome do

cliente, exame de contratos e legislação, participação em procedimentos judiciais e administrativos.

Os alunos também podem participar de audiências nos tribunais e postular em nome do cliente, desde que tenham completado 60% dos créditos da graduação, conforme as leis do Estado de Illinois.

3. Qual a relação das clínicas com o currículo?

O máximo de créditos em clínicas que podem ser obtidos é seis (até três créditos por trimestre: um curso por semestre). Cada crédito corresponde a cinco horas de trabalho em clínica por semana.

Além das disciplinas recomendadas para cada clínica ou projeto, como visto acima, são oferecidos também os seguintes seminários:

Pre-trial Advocacy: este seminário foca em estratégias e habilidades fundamentais na atuação anterior ao julgamento judicial, o que inclui a elaboração e a avaliação de teorias jurídicas, entrevistas a clientes e testemunhas, planejamento e preparação para o julgamento. Entre as metodologias de ensino utilizadas neste seminário, incluem-se aulas expositivas, discussões em pequenos grupos, exercícios simulados e performances filmadas. Disciplina pré-requisito: Evidence. A avaliação dos alunos é feita com base em participação em sala de aula.

Intensive Trial Practice Workshop: este seminário prepara o aluno para a prática dos julgamentos, por meio de um série de técnicas de ensino, entre as quais, as aulas expositivas, as demonstrações e, principalmente, a simulação de julgamentos. Entre os tópicos estão: declarações iniciais, preparação de testemunhas, objeções e razões finais. Conta com a participação de advogados militantes e juízes. O curso termina com um júri simulado presidido por juízes togados. Disciplinas recomendadas: Evidence.

Entrepreneurship and the Law: trata-se de um seminário destinado a introduzir os alunos ao direito da empresa, tanto na teoria, quanto na prática jurídica. Entre os

tópicos tratados estão: tributação, finanças, propriedade intelectual, emprego, seguros, planejamentos, etc. Os estudantes elaboram documentos como acordos de acionistas, por exemplo. O seminário foca principalmente as micro-empresas e as empresas em formação. Constitui um pré-requisito para a participação no *Institute for Justice Clinic on Entrepreneurship*. A avaliação dos alunos é feita de acordo com a participação na sala de aula, trabalho ou prova escrita.

4. Qual a participação dos docentes nas clínicas?

Os alunos são supervisionados e orientados por professores em regime de dedicação integral.

5. Qual a metodologia utilizada nas clínicas?

As metodologias de ensino já foram indicadas acima, na análise das clínicas, projetos e seminários, destacando-se o uso de aulas expositivas, discussões em grupo, simulações e, no campo prático, a representação de clientes com a supervisão de professores.

6. Como é feita a avaliação dos alunos?

Nas clínicas, os alunos devem fazer relatórios periódicos a apresentá-los aos seus supervisores. Nas disciplinas e seminários, a avaliação é feita com base em participação em sala de aula, trabalho escrito ou prova.

7. Quais são as habilidades a serem desenvolvidas?

Além das habilidades específicas de cada clínica, já indicadas acima, o programa como um todo visa a desenvolver no aluno o senso ético, a responsabilidade profissional e as habilidades típicas da advocacia.

3.3. MICHIGAN LAW SCHOOL

1. Quais são as clínicas?

a. *Clinical Law I:*

Voltado para clientes de baixa renda; conta sete créditos: quatro créditos-clínica e três créditos-seminário (ambos são cursados concomitantemente). Entre as áreas abrangidas pelo programa, destacam-se: locação, consumidor, violência doméstica, direito de família, criminal, discriminação no trabalho, asilo político e refugiados, direitos civis de presos; há uma interação entre este curso de Clinical Law do Michigan Clinical Law Program (MCLP) e o Michigan Poverty Law Program (MPLP) no que diz respeito à violência doméstica e direito de família.

b. *Advanced Clinical Law:*

Conta um, dois ou três créditos; trata-se de um curso mais aprofundado, do qual participam apenas alunos convidados, entre aqueles que se sobressaíram no Clinical Law I.

c. *Child Advocacy Law Clinic:*

Conta cinco créditos-clínica e dois créditos-seminário, simultaneamente; é um curso interdisciplinar que trata de problemas como abuso infantil, maus-tratos, destituição do poder familiar, negligência com crianças e questões relativas à adoção. Há interação dos alunos com profissionais e outros estudantes das áreas de Assistência Social, Psicologia, Pediatria e Psiquiatria, sendo esta interdisciplinaridade um dos objetivos do curso.

d. *Criminal Appellate Practice:*

Neste curso, os estudantes auxiliam na defesa de clientes de baixa renda na esfera criminal, redigindo recursos de apelação com a ajuda de advogados do Estado. Entre as atividades dos alunos, também são incluídas as entrevistas com os acusados na prisão, elaboração da estratégia da defesa e pesquisas jurídicas. Os estudantes recebem supervisão de advogados experientes na área. O tamanho das salas é limitado a 12 alunos, para assegurar a supervisão individual.

e. *Environmental Law Clinic:*

Trata-se de um curso de três créditos-hora, que pode ser cursado por um ou dois semestres, pelo máximo de seis horas. Os estudantes trabalham com questões envolvendo recursos naturais e preservação do meio ambiente, podendo visitar funcionários públicos, emitir pareceres em projetos de lei, escrever apelações, participar da criação de regras, auxiliar na negociação de uma disputa.

f. *Legal Assistance for Urban Communities:*

Trata-se de um curso voltado para a assistência jurídica de organizações sem fins lucrativos que visam especialmente ao desenvolvimento econômico comunitário. A clínica possui 25 clientes e as principais atividades jurídicas envolvidas são: estruturação legal, isenções fiscais, transações relativas a bens imobiliários, parcerias com o setor empresarial. Os estudantes devem comparecer periodicamente às reuniões comunitárias ou às reuniões com clientes.

2. Como funcionam as clínicas?

As clínicas prestam assistência jurídica gratuita (ou com custos reduzidos) em diversas áreas. Instrutores em tempo integral orientam os alunos, que podem participar a partir do segundo ano. Há sempre dois componentes: um nas salas de aula (às vezes, envolvendo simulações) e outro na prática real.

Entre as atividades desenvolvidas pelos alunos, podem ser mencionadas: entrevistas de clientes e testemunhas, negociação com a parte contrária, pesquisas, sustentação oral perante juízes, participação em audiências.

Conforme as leis estaduais, os alunos também podem representar diretamente os seus clientes, sob a supervisão de um professor.

3. Qual a relação das clínicas com o currículo?

A relação das clínicas com os cursos e créditos correspondentes já foi indicada acima. Não há mais informações no site.

4. Qual a participação dos docentes nas clínicas?

Os professores atuam como supervisores dos alunos, em regime de dedicação integral. Cada aluno terá um supervisor, que acompanhará todo o seu aprendizado.

5. Qual a metodologia utilizada nas clínicas?

De modo geral, os alunos aprendem por meio de instruções em sala de aula, simulações e representação de clientes com a supervisão de professores.

6. Como é feita a avaliação dos alunos?

Não há informações no site.

7. Quais são as habilidades a serem desenvolvidas?

Entre as habilidades a serem desenvolvidas, pode-se mencionar: aconselhamento de clientes, negociação e mediação, redação jurídica, habilidades específicas da advocacia, responsabilidade profissional, senso ético.

3.4. CARDOZO SCHOOL OF LAW**1. Quais são as clínicas?**

- Alexander Fellows Program
- Bet Tzedek Legal Services Clinic
- Corporation Counsel's Appellate Externship
- Criminal Appeals Clinic
- Criminal Defense Clinic
- Family Court Clinic
- Holocaust Restitution Claims Practicum
- Human Rights and Genocide Clinic
- Immigration Law Clinic
- Innocence Project
- Intensive Trial Advocacy Program (ITAP)
- Labor and Employment Law Externship
- Mediation Clinic

- Prosecutor Practicum
- Securities Arbitration Clinic
- Tax Clinic
- Telecommunications Workshop
- U.S. Attorneys Office/SDNY

2. Como funcionam as clínicas?

O programa de clínicas na Cardozo Law School é bastante inovador, uma vez que não se restringe somente ao modelo de representação judicial conduzida por alunos de graduação. Os temas tratados nas clínicas são atuais e diversificados (destaque para a clínica de telecomunicações e Securities Arbitration).

O programa oferece opções de “estágio” em órgãos públicos, permite aos alunos o contato direto com profissionais que trabalham em organizações internacionais, governamentais ou não, através de parcerias ou convênios. A clínica Human Rights and Genocide é voltada à pesquisa de legislações e implementação de soluções para problemas legais.

No programa Intensive Trial Advocacy, durante duas semanas, os alunos aprendem estratégias de negociação e litigância sob a orientação de juristas civis e criminais e advogados de todo o país. O curso termina com os estudantes conduzindo uma espécie de júri simulado. A escola também foi uma das primeiras a criar uma clínica sobre mediação. Na Mediation clinic, os estudantes praticam técnicas de gerência de conflitos envolvendo conciliação, negociação, arbitragem e mediação.

No modelo de assistência judicial, o destaque é para a clínica Innocence Project, em que os casos tratados pelos alunos têm maior complexidade procedimental e envolvem complexos aspectos constitucionais relativos ao acesso a evidências e prova da inocência do cliente.

A universidade tem também uma clínica que difere das demais, a Alexander Fellows Program. Nesta, estudantes *Upperclass* que tenham perfil acadêmico ou experiência em revistas ou jornais, são escolhidos por um Faculty Clerkship

Committee para trabalhar por um semestre em período integral como funcionários administrativos nas câmaras de juízes federais da área da cidade de Nova Iorque. Os estudantes preparam memorandos relativos a assuntos legais, participam de conferências e exprimem suas opiniões. Há um seminário semanal que visa a promover o estudo apurado da administração judicial.

O programa de ensino através de clínicas une a teoria à prática e representa uma oportunidade do aluno realizar um serviço social, uma vez que todos os clientes das clínicas são pessoas carentes que não conseguiram representação em outras instâncias.

No caso da Bet Tzedek Legal Services Clinic, os clientes são indicados por agências e tribunais que tem familiaridade com a reputação da clínica.

3. Qual a relação das clínicas com o currículo?

As clínicas contam como créditos. A relação não está descrita no site

4. Qual a participação dos docentes nas clínicas?

Há professores que trabalham exclusivamente com as clínicas e tem o dever de conduzir aulas em forma de seminário e supervisionar o trabalho dos alunos. Os seminários versam sobre a matéria tratada na clínica ou sobre os casos que estão sob a responsabilidade da mesma.

Na Bet Tzedek clínica de Serviços legais, por exemplo, há 25 estudantes, 3 professores de tempo integral e mais de 200 clientes. Nesta, os estudantes auxiliam idosos e deficientes sem condições financeiras para recorrer a advogados particulares.

Há também, em alguns casos, a supervisão de experientes procuradores.

5. Qual a metodologia utilizada nas clínicas?

A clínica é dividida entre estudo de caso, treinamento de habilidades e seminário semanal. Os estudantes são treinados para pesquisa, redigir, entrevistar, se

relacionar com os clientes, terem uma conduta ética, investigação factual e técnicas de argumentação .

Os alunos são responsáveis por praticamente todos os estágios do processo, devem entrevistar clientes e testemunhas potenciais, investigar fatos, desenvolver teorias legais baseadas em extensiva pesquisa legal, elaborar peças legais, conduzir audiências e julgamentos antes de agências administrativas em cortes estaduais e federais, negociar acordos, além de conduzir o relacionamento com o cliente.

Na clínica *Criminal Defense*, por exemplo, os seminários enfatizam a matéria tratada pela clínica e não o estudo dos casos, este fica a cargo dos próprios alunos, supervisionados pelo professor da clínica. A pesquisa independente é prática habitual nas clínicas.

Na clínica *Intensive Trial Advocacy Program*, que tem duração de duas semanas, a metodologia baseia-se no ensino de estratégias de negociação e habilidades de litigância em um primeiro momento e depois, treinamento simulado de práticas processuais. Os alunos passam por todo o processo até encerrarem o curso com a montagem de um júri simulado.

Nas clínicas que propiciam aos alunos a oportunidade de trabalhar em agências governamentais, há um professor consultor encarregado de prover um estudo avançado para o aluno, além de supervisioná-lo.

6. Como é feita a avaliação dos alunos?

A Escola não disponibilizou estas informações no site da Escola.

7. Quais são as habilidades a serem desenvolvidas?

A pesquisa é a habilidade mais ressaltada nos programas. As clínicas que trabalham com assistência judicial exigem constantemente dos alunos pesquisas judiciais e jurisprudenciais de acordo com os casos tratados. Há clínicas, como a *Human Rights and Genocide*, que são voltadas à criação e implementação de soluções para melhorar a vida de vítimas de abusos de direitos humanos por todo o mundo. A

criatividade, o raciocínio jurídico e a elaboração de peças jurídicas são habilidades desenvolvidas no decorrer dos programas.

Em destaque, o *Innocence Project* se diferencia das outras clínicas por exigir do aluno habilidades para solução de questões mais complexas, que fogem do senso comum.

3.5. COLUMBIA LAW SCHOOL

1. Quais são as clínicas?

- Clinical Education in Transitional Societies
- Clinical Seminar for Law and the Arts
- Child Advocacy Clinic
- Environmental Law Clinic
- Human Rights Clinic
- Lawyering in the Digital Age Clinic
- Nonprofit Organizations/Small Business Clinic
- Mediation Clinic
- Prisoners and Families Clinic

2. Como funcionam as clínicas?

O programa de clínicas da universidade de Columbia foi planejado para ajudar os alunos a desenvolverem suas habilidades profissionais, reconhecerem suas fraquezas e desenvolverem fortes concepções deles como advogados. O entendimento das instituições, assim como o pensamento de como estas e a prática podem ser reformadas e reorganizadas para que possam prover melhores serviços à sociedade são tópicos tratados e encorajados pelos educadores. A formação de um profissional do direito ético e reflexivo é prioridade para a Escola.

Todas as clínicas trabalham com clientes e problemas reais.

A clínica *Transitional Societies* tem destaque, uma vez que promove a educação legal na defesa do interesse público. O trabalho ocorre em regiões como leste e centro Europeu, Rússia, China, países que ainda estão desenvolvendo seus sistemas de educação legal. A clínica conta também com o programa de *fellowships*.

O programa ainda apresenta clínicas que unem Direito e Arte, temas atuais como Direito na era digital e organizações sem fins lucrativos.

3. Qual a relação das clínicas com o currículo?

A Escola não fornece informações a respeito deste tópico na internet.

4. Qual a participação dos docentes nas clínicas?

Há um professor de dedicação integral para cada clínica. O número de alunos por clínica é reduzido (normalmente varia de 8 a 16 alunos).

O professor é responsável pela coordenação do curso, seminários e acompanhamento dos alunos.

5. Qual a metodologia utilizada nas clínicas?

Trabalhando sob a constante supervisão de professores, os alunos são encorajados a identificar e delimitar seus objetivos de aprendizado ao mesmo tempo em que provêm representação para uma extensa variedade de clientes. Os estudantes se deparam com desafios crescentes, uma vez que adquirem cada vez mais responsabilidade.

Os estudantes atuam como conciliadores, mediadores, litigantes e educadores a medida que aprendem a aplicar o conhecimento legal que obtiveram em aula em favor da solução dos litígios de seus clientes.

6. Como é feita a avaliação dos alunos?

O site não fornece informações a respeito destes tópicos

7. Quais são as habilidades a serem desenvolvidas?

O programa visa a formar advogados com capacidade de raciocínio, responsáveis e reflexivos. A experiência tem o objetivo de desenvolver habilidades críticas em comunicação, obtenção de informações, persuasão e análise legal e factual que os prepare para que saibam lidar com os multifacetados embates que seus clientes lhe apresentem. As habilidades são treinadas em um contexto ético e profissional em que o advogado responsável representa seus clientes.

Os alunos são encorajados a aprender não somente a atuar, mas aprendem também a forma correta e ética de se proceder quando exercem a profissão.

O senso de responsabilidade social se desenvolve graças ao trabalho comunitário. Clientes que não tem condições de serem representados por serem indigentes ou pela impopularidade ou complexidade de suas causas encontram nos estudantes amparo para seus litígios.

Em algumas clínicas, os estudantes são incentivados a listarem quais habilidades que desejam aprimorar e seus objetivos de aprendizado. Com este exercício, os tópicos listados terão destaque no decorrer do programa.

É dado grande relevo ao comportamento ético do profissional do Direito. Os alunos estão constantemente sendo posicionados em situações profissionais onde esta conduta é requerimento absoluto e indispensável.

Tendo em vista que a boa comunicação é habilidade essencial à prática do Direito, diversos exercícios são feitos com os alunos. Durante as aulas os alunos treinam intensamente a elaboração de documentos, petições, entrevistas e atendimento a clientes, persuasão do adversário ou juiz. Os alunos são observados, criticados e corrigidos constantemente, sendo o objetivo da prática estimular que eles se tornem *self-learners*, ou seja, aprendam através de suas próprias performances.

3.6. GEORGETOWN LAW SCHOOL

1. Quais são as clínicas?

- Appellate Litigation Clinic
- Center for Applied Legal Studies
- Criminal Justice Clinic
- D.C. Law Students in Court
- D.C. Street Law Program:
- Domestic Violence Clinic
- Family Advocacy Clinic
- Federal Legislation Clinic
- Harrison Institute for Public Law
- Housing & Community Development Clinic
- Policy Clinic
- Institute for Public Representation
- International Women's Human Rights Clinic
- Juvenile Justice Clinic

2. Como funcionam as clínicas?

A Universidade de Georgetown tem um dos maiores, mais fortes e bem avaliados programas de clínicas dos Estados Unidos.

As clínicas tem duração de 6 meses ou 1 ano e também há cursos de verão. Cada clínica tem seu método de seleção. Os alunos podem ser escolhidos aleatoriamente ou através de processo seletivo baseado em experiências anteriores, redações, declarações de interesse, dentre outros critérios. Em alguns casos há restrições quanto a matérias que devem estar cursadas e número de créditos necessários. São aceitos estudantes de *upper division J.D.* ou cursando o último ano da graduação.

As clínicas atendem a indivíduos que não tem condições de arcar com os custos da representação legal. Os casos são obtidos normalmente através de indicações por

parte dos tribunais ou organizações legais. As clínicas só oferecem orientação legal para clientes.

A maioria das clínicas surge de contratos com grupos da comunidade e deles recebem rendimentos. Há casos, como na clínica *International Women's Human Rights*, em que o trabalho é desenvolvido em conjunto com organizações governamentais como a ONU ou não governamentais da África, América Latina, e Oriente Médio. O resultado do trabalho são relatórios de pesquisa, propositura de mudanças nas legislações, publicação de estudos e implantação de programas educacionais, todos objetivando a proteção e conscientização com relação aos direitos humanos das mulheres.

Os alunos lidam com clientes reais (exceto na clínica *Street Law*) que não conseguiriam representação perante outros órgãos/entidades. Ainda, na clínica DC *Street Law*, os graduandos ensinam assuntos relacionados ao Direito e tiram dúvidas de estudantes de *high-school* e adultos.

A carga horária semanal varia de clínica para clínica e se relaciona ao número de créditos dispensados pela clínica. A carga semestral varia entre 15 e 35 horas por semana.

3. Qual a relação das clínicas com o currículo?

O número de créditos varia de 3 a 14 por clínica.

4. Qual a participação dos docentes nas clínicas?

Todas as clínicas contam com professores de dedicação integral responsáveis pela coordenação das atividades dos alunos e dos graduados participantes do programa de *fellowships* desenvolvido pela universidade.

No programa de *fellowships*, alunos graduados e membros da ordem dos advogados local têm a oportunidade de combinar estudo com prática. Cada programa de clínica tem um aluno graduado associado que passa, normalmente, dois anos no programa atuando como professores em seminários, trabalhando em seus próprios casos ou

outros problemas legais e revisando o material do curso. Quando o aluno participante do programa completa os requisitos para sua graduação, a ele é concedido diploma de Masters of Law.

Na clínica *Appellate Litigation*, por exemplo, há um professor responsável, dois advogados associados envolvidos no programa por 2 anos e 18 alunos cursando o terceiro ano da faculdade. Já na clínica *criminal justice*, há 32 alunos para uma equipe de dois professores, dois ex-alunos graduados membros do programa de *Fellowships*, um supervisor de investigações, um assistente executivo e uma recepcionista.

O programa conta com pelo menos 17 professores de dedicação integral, 26 advogados participantes do programa de *Fellowships* e diversos funcionários auxiliares da parte administrativa.

Os professores auxiliam na resolução dos casos, dão instruções em seminários e orientam quanto à escolha da carreira.

5. Qual a metodologia utilizada nas clínicas?

Na maioria das clínicas, os alunos são responsáveis por todos os aspectos do processo, desde o relacionamento com o cliente, investigação factual, exame de testemunhas, e muitas vezes até a representação em corte e elaboração de peças processuais.

As clínicas são muito distintas entre si quanto à metodologia de ensino empregada. Há seminários em classe de aula em que são trabalhadas habilidades, discussões relacionadas a casos em que os estudantes estão trabalhando.

O número de seminários semanais em classe de aula varia de clínica para clínica. Na clínica Criminal Justice (duração de um ano), por exemplo, há dois seminários de 2 horas por semana. Leituras, videotapes, discussões e simulações servem como base para o aprendizado, além da participação dos estudantes em todas as tarefas associadas com os casos para os quais a clínica prove representação.

Fora as aulas de seminário, os alunos têm tarefas para cumprir durante a semana, uma vez que são responsáveis pelo acompanhamento do processo. Dependendo da fase processual, tem mais ou menos tarefas a cumprir.

Muitas das clínicas baseiam a metodologia de ensino em métodos interativos de educação com o intuito de desenvolver o pensamento acadêmico e crítico juntamente a habilidades cívicas. Na clínica *D.C. Street Law Program*, por exemplo, os estudantes organizam também uma competição realizada entre escolas de ensino médio em que os alunos, após um treinamento de aproximadamente 6 semanas, tem de atuar em um caso como defesa e acusação.

Os seminários em classe têm foco no papel que o profissional terá de exercer e em suas obrigações profissionais. Questões éticas são contrapostas a todos os momentos, visando a formação de um profissional responsável.

Dependendo da clínica, o estudante tem a oportunidade de representar em corte, tribunal administrativo ou corte de apelação. Na clínica *Criminal Justice*, os estudantes atuam como defensores em casos envolvendo condutas leves no Tribunal Superior do Distrito de Columbia e na prisão Lorton em casos envolvendo os condenados.

6. Como é feita a avaliação dos alunos?

A avaliação do aluno é dada de acordo com a escala A – F, (sistema utilizado também nos outros cursos da universidade) e também de acordo com uma curva histórica. Não há exames finais e as avaliações baseiam-se nas tarefas efetuadas pelos alunos (*lawyering tasks*), avaliação do cliente e habilidade do estudante para refletir e aprender através destas experiências. A individualidade de cada clínica determina os critérios específicos para a avaliação dos estudantes.

7. Quais são as habilidades a serem desenvolvidas?

A premissa do método do estudo em clínicas é de que o aluno aprende mais quando a teoria é aplicada na prática do direito e os alunos podem refletir a respeito de sua performance e assuntos relacionados.

As tarefas mais comuns são investigações e entrevistas durante o curso do processo, planejamento, negociação, estratégias analíticas, pesquisa, escrita jurídica e conversação advocatícia. Os estudantes redigem peças processuais começando das mais simples e passando a mais complexas de acordo com seu desenvolvimento.

3.7. YALE LAW SCHOOL

1. Quais são as clínicas?

- Advocacy for Children and Youth
- Community Legal Services
- Housing and Community Development
- Immigration
- Landlord-Tenant
- Legal Assistance
- Prisons
- Complex Federal Litigation
- Legislative Advocacy
- The Samuel and Anna Jacobs Criminal Justice Clinic

2. Como funcionam as clínicas?

A Jerome N. Frank Legal Services é a organização responsável por unir os alunos a indivíduos e organizações que necessitam de ajuda legal, mas não tem condições financeiras para contratar advogado particular. Através do programa de educação por clínicas os alunos desenvolvem trabalho comunitário ao mesmo tempo em que treinam suas habilidades para exercer a profissão.

Os estudantes podem participar do programa depois de finalizado o primeiro *term*. No verão, a escola abre vagas para estudantes contratados como “associados de verão”. Estes trabalham por período integral nas diversas clínicas.

As clínicas oferecidas pelo programa, em sua maioria, seguem o modelo de ajuda judiciária prestada pelos alunos de graduação sob a orientação de professores e advogados experientes. Os alunos podem chegar a atuar em diversas cortes do estado de Connecticut.

O diferencial do programa é a oportunidade que os alunos tem de participarem do *LSO's Prosecution Externship*. Neste programa, estudantes podem se candidatar para trabalhar em dois escritórios de promotores. Também pode haver outras oportunidades de cargos em agências de interesse público ou escritórios de advocacia.

3. Qual a relação da clínica com o currículo?

O site da escola não fornece informações a respeito deste tópico.

4. Qual a participação dos docentes nas clínicas?

A universidade oferece o programa de *Fellowships* a advogados pós-graduados experientes, com pelo menos cinco anos de prática ou experiência equivalente e que estejam interessados na carreira de professor no ensino de clínicas. O programa seleciona um novo *fellow* por ano e a experiência dura por dois anos ao todo.

Os participantes do programa de *fellowships* dividem seu tempo entre pesquisar, redigir, representar clientes, atuam junto a comunidades em trabalho de conscientização, treinamento e aulas sobre direito, além de supervisionarem os alunos. Os *fellows* normalmente escolhem duas clínicas para concentrarem seus trabalhos.

Os professores de dedicação integral às clínicas dividem as tarefas de acompanhamento dos alunos com os integrantes do programa de *fellowships*.

5. Qual a metodologia utilizada?

Todos os projetos envolvem a colaboração de novos e experientes alunos supervisionados por professores e *fellows* e são desenvolvidos pelos próprios alunos, que atuam em todas instâncias do processo. A equipe de professores e assistentes é responsável pela supervisão do trabalho.

6. Como é feita a avaliação do aluno?

O site da universidade não fornece informações a respeito deste tópico.

7. Quais são as habilidades a serem desenvolvidas?

A escola entende que a investigação, o acompanhamento do desenrolar do processo e o uso correto de fatos e provas são elementos essenciais para os profissionais do direito. A responsabilidade profissional é uma habilidade que tem destaque no programa.

Sob a supervisão do corpo de professores e assistentes e advogados participantes dos programas, os alunos desenvolvem funções como entrevistar clientes, preparar testemunhas, negociar acordos, redigir documentos, participar de transações comerciais, atuar em apelações em tribunais estaduais e federais.

3.8. NYU SCHOOL OF LAW

1. Quais são as clínicas?

Na escola há uma divisão relativa à duração da clínica:

(i) Clínicas anuais

- Brennan Center Public Policy Advocacy Clinic
- Capital Defender Clinic - New York
- Civil Legal Services Clinic
- Civil Rights Clinic
- Community Defender Clinic
- Family Defense Clinic

- Federal Defender Clinic
- Immigrant Rights Clinic
- Juvenile/Criminal Defense Clinic
- Offender Reentry Clinic

(ii) Clínicas semestrais:

- Capital Defender Clinic - Alabama
- Community Economic Development Clinic
- Community Outreach, Education, and Organizing Clinic
- Comparative Criminal Justice Clinic
- Criminal Appellate Defender Clinic
- Environmental Law Clinic
- Government Civil Litigation Clinic: Eastern District
- Government Civil Litigation Clinic: Southern District
- International Environmental Law Clinic
- International Human Rights Clinic
- Mediation Clinic
- Prosecution Clinic

2. Como funcionam as clínicas?

Os alunos têm de obrigatoriamente passar por um processo de seleção para ingresso nas clínicas, onde são selecionados por um instrutor. Somente é permitida uma clínica por aluno por semestre ou ano. Os alunos serão selecionados para a clínica em que manifestaram maior interesse no formulário de aplicação e que foram aceitos. Em algumas clínicas há como pré-requisitos matérias que devem estar cursadas.

Os cursos de clínicas requerem maior carga horária, diferentemente dos usuais cursos, uma vez que envolvem intensa pesquisa e acompanhamento judicial dos casos.

3. Qual a relação das clínicas com o currículo?

Na composição do quadro geral de créditos que o aluno deve completar, há uma combinação de créditos acadêmicos e créditos de clínicas. A maioria dos cursos de clínicas oferece uma combinação dos mesmos. O total de créditos que o aluno deve cursar é 82; O curso de clínica equivale a normalmente 12 créditos (exceção para *Clinica Federal Defender* que equivale a 10), o que equivale a praticamente metade da carga anual do aluno.

Dentro do total de créditos que o aluno tem de cursar para completar a graduação, há uma divisão entre créditos acadêmicos e créditos que não são de sala de aula. O número máximo permitido para os créditos de clínicas é de 20 durante toda a graduação.

4. Qual a participação dos docentes nas clínicas?

Os professores auxiliam, orientam e supervisionam os alunos. Há aulas em forma de seminários em que são discutidos os temas que a clínica trata ou os próprios casos que estão sendo estudados.

5. Qual a metodologia utilizada nas clínicas?

Combinação do trabalho no campo do direito, seminários e exercícios de simulação em que a atuação dos alunos muitas vezes é filmada para posterior revisão crítica por parte dos mesmos. A interação dos alunos com o estudo do processo e a resolução dos impasses com a experiência real no campo de trabalho visa a apurar as habilidades dos estudantes.

Nas aulas de seminário, normalmente 4 horas por semana, os alunos aprendem princípios de persuasão e convencimento, identificação e solução de problemas, dinâmicas de grupo e testam também soluções desenvolvidas para diversos litígios através de técnicas modernas de simulação e aplicação. Os alunos examinam técnicas históricas e correntes de reformas políticas e depois propõem e submetem à crítica suas próprias estratégias para reforma.

6. Como é feita a avaliação dos alunos?

Há a combinação de créditos de clínicas e acadêmicos na composição final da nota do aluno. Para graduação são necessários 82 créditos, sendo que 12 podem ser créditos de clínicas (os estudantes podem ter mais do que este limite, porém estes não serão contados para fins de graduação). Há regra no estatuto das Escolas de Direito Americanas que estabelece o limite máximo 20 créditos para matérias que não sejam de classe de aula, as quais as clínicas se incluem.

7. Quais são as habilidades a serem desenvolvidas?

Ética legal e responsabilidade profissional na prática do Direito, enfatizada através dos cursos.

Em clínicas como a *Brennan Center Public Policy Advocacy*, são ensinadas aos alunos técnicas de advocacia e estratégias para resolução de problemas em um contexto não litigante. Como detectar e diagnosticar problemas, identificar potenciais soluções, mobilizar forças para participar do diálogo público, em uma condição de recursos limitados.

3.9. BERKELEY SCHOOL OF LAW

1. Quais são as clínicas?

- Death penalty clinic
- International human rights law clinic
- Samuelson law, technology and public policy clinic
- East bay community law center
- Faculty-supervised clinic
- Field placement program
- Professional skills program
- Student-initiated projects

2. Como funcionam as clínicas?

O programa de ensino através de clínicas oferece ao aluno de segundo ou terceiro ano a oportunidade de trabalhar como advogado em casos reais. As clínicas prestam serviço de assistência judiciária diretamente a indivíduos ou, em casos de larga escala, mediante a interação com advogados.

A experiência tem foco no aprendizado em determinada área do Direito levando a futuros estudos avançados neste campo de trabalho. Com as clínicas o aluno tem um papel mais ativo em sua educação legal e reduzem-se suas incertezas quanto à advocacia.

Os alunos aprendem a conduzir uma investigação, trabalhar com clientes, entrevistar testemunhas, redigir petições e preparar o cliente para interrogatórios, redigem comentários relativos à legislação e regulações e podem ingressar em uma clínica voltada ao ensino da pesquisa e da escrita em direito.

Dentre os temas tratados pelas clínicas há destaque para temas atuais como propriedade intelectual, regulação de comunicações, e controle da privacidade na internet, imigração e litígios envolvendo pacientes portadores do vírus HIV. A violência doméstica também é tema de uma das clínicas.

A clínica Death Penalty inova ao tratar de casos complexos que envolvam pena de morte. Há ênfase quanto a aspectos únicos deste tipo de condenação envolvendo direitos humanos. Os alunos representam condenados nos estados de Alabama e Califórnia.

O programa Field Placement consiste em dois módulos de clínicas supervisionadas. No primeiro módulo, os estudantes trabalham com organizações de interesse público e agências governamentais¹⁶, sob a supervisão de advogados. O segundo módulo consiste no Judicial Externship, em que os alunos trabalham como ajudantes de juízes federais, estaduais ou locais. Os alunos entram em contato

¹⁶ Atualmente o website aponta 50 opções de locais que aceitam alunos neste programa.

diretamente com os juízes, se candidatando para o cargo e tem de, obrigatoriamente, participar de aulas do seminário correspondente.

O destaque no programa de clínicas é a Professional Lawering Skills. A clínica oferece em um semestre o curso de pesquisa e escrita em direito, aspectos do sistema de justiça, como ler casos, localizar e selecionar precedentes e escrever um memorando legal objetivo. No segundo semestre o curso tem foco na advocacia escrita e oral. Nele são ensinadas técnicas avançadas de pesquisa, habilidades de persuasão e a formulação de peças para o tribunal. No fim dos cursos há simulação de um júri¹⁷.

Muitas das clínicas disponibilizam no site da Escola o histórico dos casos atuais e antigos trabalhados pelos alunos, além de todos projetos. Há a descrição do caso, além de peças formuladas pelos próprios alunos, pesquisas e trabalhos.

3. Qual a relação das clínicas com o currículo?

A Escola não disponibiliza estas informações em seu site.

4. Qual a participação dos docentes nas clínicas?

Os professores são responsáveis pelas aulas de seminário e pela orientação individual dos alunos nos casos e pesquisas conduzidas.

5. Qual a metodologia utilizada nas clínicas?

As clínicas oferecem ao aluno treinamento, supervisão individual com constante feedback dos professores, instrutores e advogados supervisores. Os alunos são obrigados a participarem de seminário de acompanhamento, relativo à matéria tratada pela clínica. Na clínica International Human Rights os alunos participam de pesquisa empírica interdisciplinar orientada pelo professor da clínica e seus assistentes relativa aos impactos dos abusos de direitos humanos.

¹⁷ Moot court setting

6. Como é feita a avaliação dos alunos?

A Escola não disponibiliza estas informações no seu sítio.

7. Quais são as habilidades a serem desenvolvidas?

Os estudantes desenvolvem com o programa habilidades profissionais e de resolução de conflitos e ganham experiência na área. A reflexão crítica quanto ao papel do advogado em relação aos clientes e a sociedade são aspectos ressaltados na prática das clínicas.

3.10. STANFORD LAW SCHOOL

1. Quais são as clínicas?

1. *The Civil Rights Clinic*

Trata de casos envolvendo direitos civis, com o intuito de que o aluno aprenda a utilizar as disputas judiciais como importantes instrumentos de transformação social. Esta clínica é ainda dividida em três escritórios: the Impact Litigation and Advocacy Clinic, the Racial Justice Advocacy Clinic e the Criminal Justice Advocacy Clinic. Em parceria com organizações de direitos civis, estas clínicas trabalham em diversos temas, tais como aqueles relativos a questões raciais e aos problemas existentes no sistema penitenciário. Entre os atuais parceiros desta clínica, pode-se mencionar: *American Civil Liberties Union of Northern California, Drug Policy Alliance, Ella Baker Center for Human Rights, The Legal Aid Society—Employment Law Center, Lawyers' Committee for Civil Rights, National Center for Youth Law, PolicyLink, and Public Advocates*. Os estudantes trabalham com as diversas táticas e estratégias dessas organizações de direito civil com o intuito de causar grande impacto na opinião pública, na política e na jurisprudência. A maior premissa nesta clínica é a de que advogar de modo efetivo pelos direitos civis requer mais do que a tradicional prática da advocacia: requer também a habilidade de desenvolver e executar estratégias de mídia, além de construir coalizões fortes, formar aliados importantes, fazer lobby, pressionar aqueles que detêm expressivo poder político, identificar e implementar as necessárias reformas políticas e coordenar as várias táticas e

estratégias com a visão de um movimento de longo prazo, que propicie mudanças duradouras.

2. The Stanford Community Law Clinic

Fornece assistência jurídica gratuita a clientes de baixa renda em conflitos de direito trabalhista e previdenciário, direito de família, relação de consumo, etc.

Fundada em 2002, a clínica oferece aos estudantes a oportunidade de atuar em todas as fases do problema, desde a entrevista inicial até os tribunais e outros meios de resolução de conflitos. Além das demandas individuais, os estudantes também são encorajados a desenvolver projetos que tenham como alvo questões coletivas. Contando com a supervisão direta dos advogados da clínica, os estudantes freqüentam um seminário, onde estudam e discutem os principais temas da advocacia, inclusive em relação aos aspectos éticos, sempre com especial atenção aos clientes de baixa renda da comunidade. A clínica oferece sessões semanais, nas quais o estudante, acompanhado por um advogado, atende a um cidadão e analisar o seu problema jurídico. Há também sessões mensais de consultoria na área de família e relações de consumo. A clínica trabalha em parceria com a *Legal Aid Society of San Mateo County*, o que permite que uma grande quantidade de clientes sejam atendidos: 450 por ano.

3. The Criminal Prosecution Clinic

Nesta clínica, cujo curso tem duração de 1 semestre, os seis estudantes que participam (geralmente do terceiro ano) atuam ao lado da acusação criminal perante a Corte Superior de San Jose, formulando estratégias, identificando e entrevistando testemunhas, requerendo provas e sustentando defesas perante os juízes, sempre em nome da Santa Clara County District Attorney's Office. A clínica tem três objetivos principais: primeiro, o aprendizado das habilidades da advocacia (incluindo simulações); segundo, os estudantes são encorajados a fazer uma reflexão crítica sobre as instituições locais de Justiça criminal e sobre os atores que nelas atuam; Por fim, os alunos devem avaliar cuidadosamente as obrigações morais de um promotor e dos outros atores que participam da Justiça

criminal. Os alunos passam dois dias da semana na clínica, com uma ou duas aulas por semana, sendo que destas aulas, dois terços são dedicadas à habilidade de advocacia. Ao final do semestre, o foco muda para a crítica dos mecanismos locais de Justiça criminal, atentando para temas como o impacto de raça, gênero e classe na qualidade da Justiça, as forças e fraquezas institucionais da polícia e os dilemas éticos de um promotor, entre outros. Cada estudante se encontra uma vez por semana com o seu professor supervisor em uma sessão individual. Além de todas as atividades indicadas acima, os estudantes também visitam presídios (San Quentin Prison) e fazem rondas com a polícia local.

4. The Cyberlaw Clinic

Nesta clínica, os estudantes advogam em tópicos de interesse público e de desenvolvimento tecnológico na área do direito da informática. A clínica aceita casos *pro bono* ou com honorários reduzidos, incluindo as áreas de inovação tecnológica, invenções, sistemas de segurança de computadores, entre outros. Os estudantes estão envolvidos em todas as etapas do caso, o que inclui a análise crítica da legislação pertinente e a prestação de consultorias ao público, advogados e representantes do governo. Atualmente, existem 13 casos e projetos em andamento.

5. The Education Advocacy Clinic

Esta clínica, fundada em 2001, propicia aos estudantes a oportunidade de trabalhar em uma grande variedade de questões relativas ao direito educacional e a sua reforma, incluindo a representação direta de jovens e famílias de baixa renda quanto à educação especial e problemas de disciplina escolar, além de pesquisa de políticas de ensino e disputas relativas à reforma da legislação educacional. Com a supervisão de professores, os estudantes entrevistam e aconselham os clientes, investigam os fatos, entrevistam testemunhas, trabalham com profissionais da saúde e psicólogos, conduzem pesquisas jurídicas, representam clientes em negociações com representantes de escolas e fazem sustentação oral perante os tribunais administrativos. O objetivo final da clínica é ensinar os pais a como defender os interesses de seus filhos.

6. *The Environmental Law Clinic*

Os estudantes desta clínica oferecem assistência jurídica para organizações não-governamentais em uma variedade de questões relativas ao meio ambiente, com foco na conservação de recursos naturais e problemas de biodiversidade, na intersecção entre direito, ciência e política. Entre as atividades desenvolvidas pelos estudantes, supervisionadas por professores, destacam-se: entrevista com clientes, pesquisa de relatórios administrativos, redação de pareceres e petições, desenvolvimento de argumentos fáticos e jurídicos, sustentação oral em cortes estaduais e federais. A clínica atua sob os auspícios da *Earthjustice*, um escritório de advocacia sem fins lucrativos de âmbito nacional dedicado à proteção dos recursos naturais e à defesa do direito de todos a um meio-ambiente saudável. Entre os clientes da clínica estão grandes organizações nacionais de meio-ambiente como *The Ocean Conservancy*, *The Sierra Club* e *National Parks Conservation Association*, bem como uma série de grupos locais ou regionais como *The Center for Biological Diversity*, *WaterKeepers Northern California*, *Environmental Protection Information Center* e *Turtle Island Restoration Network*. O objetivo da clínica é auxiliar os estudantes a desenvolver um julgamento profissional firme, além de habilidades orais e escritas para a advocacia. A clínica possui atualmente 30 casos em andamento.

7. *The Immigrants' Rights Clinic*

Esta clínica oferece aos estudantes a oportunidade de representar os imigrantes individualmente ou as organizações de direitos dos imigrantes, o que inclui representação direta de imigrantes em processo de extradição ou deportação, casos de imigrantes sobreviventes de violência doméstica, a integração com a comunidade, a educação pública, etc. Entre as atividades desenvolvidas pelos alunos, destacam-se entrevistas a clientes e testemunhas, investigação de fatos, desenvolvimento de estratégias, condução de pesquisas jurídicas, etc. A parte da clínica que ocorre na sala de aula (seminários) em foco na reflexão crítica e prática da advocacia envolvendo imigrantes, encorajando-se os estudantes a analisar os obstáculos políticos, econômicos, sociais e jurídicos que impedem os clientes de atingirem os seus objetivos. Os alunos também fazem uma análise

das questões de raça, gênero e classe que influem nas decisões políticas referentes a imigrantes.

8. *The Supreme Court Litigation Clinic*

Nesta clínica, os estudantes trabalham em casos que estão sendo julgados pela Suprema Corte americana. Entre as atividades dos alunos destacam-se: a redação de petições com pedidos de esclarecimento a cortes inferiores; a apresentação de contra-razões; a redação de relatórios sobre o mérito das causas e relatórios de *amicus*; a ajuda a advogados das clínicas na sustentação oral e o auxílio a outros advogados que estão atuando perante a Corte. Os casos cobrem as mais diversas áreas do Direito, desde o direito penal até os direitos civis. Os alunos trabalham em equipes de 2 a 5 integrantes, que revisam os trabalhos umas das outras, para que todos tenham contato com todos os casos. Os estudantes também ajudam a decidir qual projeto e qual caso será tocado pela clínica. Até outubro de 2004, haviam cinco casos em andamento¹⁸.

Deve ser mencionado também que estão disponíveis para os estudantes que completaram o primeiro semestre e que desejam trabalhar em projetos ou casos mais complexos o chamado Advanced Clinical Opportunities.

¹⁸ No período de outubro de 2004, a Suprema Corte aceitou quatro casos das clínicas para revisão:

1. *Azel P. Smith, et al. v. City of Jackson, Mississippi, et al.*, cert. petition 03-1160 filed February 11, 2004, and granted March 29, 2004. Issue: whether the Age Discrimination in Employment Act covers practices that have a disparate impact on older workers--that is, imposes liability without proof of a discriminatory purpose; 2. *Rousey v. Jacoway*, cert. petition 03-1407 filed April 6, 2004, and granted June 7, 2004. Issue: the applicability of bankruptcy exemptions to money in individual retirement accounts; 3. *Haywood Eudon Hall v. United States*, cert. petition 03-1294 filed March 10, 2004, and granted June 21, 2004. (Case is consolidated with No. 03-1293) Issue: whether conspiracy to commit money laundering requires proof of an overt act. 4. *Douglas Spector, et al. v. Norwegian Cruise Line Ltd.*, cert. petition 03-1388 filed April 1, 2004 and granted September 28, 2004. Issue: the applicability of the Americans with Disabilities Act to foreign-flag carriers. 5. *Veneman v. Campaign for Family Farms et al.*, opposition to cert. petition filed April 19, 2004. Issue: the constitutionality of the assessment on pork producers to fund generic advertising, e.g., "Pork: The other white meat". The Court agreed to take a different case that raises similar issues. *Veneman v. Campaign for Family Farms et al.* is being held pending the outcome of the other case.

2. Como funcionam as clínicas?

As clínicas prestam assistência jurídica gratuita em diversas áreas. Instrutores em tempo integral orientam os alunos. Há sempre dois componentes: um nas salas de aula e outro na prática real.

3. Qual a relação das clínicas com o currículo?

A relação das clínicas com os cursos correspondentes já foi indicada acima. Não há mais informações no site.

4. Qual a participação dos docentes nas clínicas?

Os professores atuam como supervisores dos alunos, em regime de dedicação integral. Cada aluno terá um supervisor, que acompanhará todo o seu aprendizado.

5. Qual a metodologia utilizada nas clínicas?

De modo geral, os alunos aprendem por meio de instruções em sala de aula, simulações e representação de clientes com a supervisão de professores.

6. Como é feita a avaliação dos alunos?

Não há informações no site.

7. Quais são as habilidades a serem desenvolvidas?

Entre as habilidades a serem desenvolvidas, pode-se mencionar: habilidades específicas da advocacia, responsabilidade profissional, senso ético.

3.11. MIAMI LAW SCHOOL**1. Quais são as clínicas?**

Há apenas uma Clínica, a Children and Youth Law Clinic.

2. Como funcionam as clínicas?

Fundada em 1995 e contando atualmente com 60 casos em andamento, a clínica presta assistência jurídica a crianças e jovens incluídos no sistema de adoção, em questões de saúde física e mental, deficiência física, educação, imigração e outros, para garantir que eles tenham voz nos processos judiciais, além de advogar para a comunidade e lutar pela promoção de mudanças legislativas.

A idéia surgiu a partir de pesquisas nacionais que demonstraram que um grande número de jovens acabam indo morar nas ruas ou são encaminhados a hospitais psiquiátricos ou então terminam na prisão, após saírem do sistema de proteção à adoção. O objetivo é que a clínica sirva como uma ponte entre a adolescência e a idade adulta, cobrando do Estado uma atuação para que sejam supridas as necessidades destes jovens até que eles possam se auto-sustentar.

A clínica é supervisionada por dois instrutores em regime de dedicação integral e possui 12 estudantes, que estão no segundo ou terceiro ano da faculdade e são certificados pela Suprema Corte da Flórida para atuarem na prática jurídica supervisionada.

Entre as atividades desenvolvidas pelos alunos, destacam-se a entrevista com clientes, a negociação e a mediação, investigação dos fatos, planejamento dos casos, aconselhamento, participação em audiências e julgamentos judiciais e administrativos, advocacia legislativa, etc. Ademais, espera-se que os alunos mantenham contato direto com as crianças que representam, além de realizarem entrevistas com todos aqueles que possuem relação com estas, dentre os quais, os pais adotivos, outros parentes, representantes das escolas, profissionais da saúde e testemunhas em potencial, mantendo sempre relatórios detalhados sobre este trabalho.

A clínica também realiza pesquisas interdisciplinares e presta assistência técnica a profissionais da área jurídica, incluindo advogados e juízes, além de produzir materiais sobre as necessidades jurídicas das crianças, com ênfase aos jovens do sistema de adoção.

Conforme mencionado acima, é importante destacar novamente que a clínica tem uma grande preocupação com o processo legislativo e as reformas legais. A idéia é que o estudante não apenas aprenda a lei, mas também faça a lei. Neste sentido, a clínica participa da discussão de inúmeros projetos de lei, bem como desenvolve projetos inovadores para promover os direitos fundamentais das crianças. Assim, os estudantes atuam tanto nos casos individuais quanto no âmbito coletivo das reformas legais.

Dentro deste contexto, a clínica participou de três casos na Suprema Corte da Flórida nos últimos três anos, atuando em favor dos direitos das crianças ao atendimento psicológico e psiquiátrico. Este trabalho acabou dando origem ao *Voice Project*, cujo objetivo era ensinar estudantes de direito a aplicar os princípios da jurisprudência terapêutica para dar voz aos clientes em decisões jurídicas e políticas relativas ao tratamento psicológico de crianças adotivas e estudar os benefícios terapêuticos decorrentes do fato de estas serem ouvidas nos processos judiciais. O foco foram crianças adotivas internadas em instituições psiquiátricas, que puderam se expressar por meio da arte, pintando murais que foram expostos no hall da Suprema Corte da Flórida. A arte foi usada, assim, como agente terapêutico e veículo de conscientização da comunidade sobre os direitos das crianças adotivas.

A clínica atuou também por diversas vezes como *amicus curiae* nos Tribunais do Estado, destacando-se também o trabalho perante a Comissão sobre as Necessidades Jurídicas de Crianças e a Seção de Interesse Público da Ordem dos Advogados da Flórida.

O programa conta com uma rede de instituições e escritórios de advocacia especializados na área da criança e adolescente, dentre os quais: National Association of Counsel for Children, ABA Center on Children and the Law, Children's Rights, Inc. (NYC), Juvenile Law Center (Philadelphia), University of Michigan Child Advocacy Clinic, Loyola Law School (Chicago) Child Advocacy Program, Northwestern Law School Children and Family Justice Center, Bazelon Center for Mental Health Law (Washington, D.C.), Children's Defense Fund

(Washington, D.C.), Legal Services for Children (San Francisco) National Center for Youth Law (Oakland CA), Youth Law Center (Washington, D.C. and San Francisco), Florida's Children First!, Inc., Florida Legal Services, Legal Aid Society of Palm Beach County, Legal Services of Greater Miami, Inc., Equal Justice Works, Brennan Center for Justice at NYU Law School, Southern Legal Counsel (Gainesville). Há também contato bastante próximo com a University of Miami School of Education e a Florida International University School of Social Work.

Em 2003, a Clínica recebeu o prêmio de excelência em advocacia de interesse público, conferido pela Clinical Legal Education Association (CLEA), por seu projeto relativo ao direito à saúde mental das crianças adotivas. Além disso, foi premiada também pela National Association of Counsel for Children (NACC): 2003 Outstanding Child Advocacy Award. Por fim, recebeu por duas vezes, em 2001 e 2003, o Steven M. Goldstein Award da Florida Bar Foundation.

Entre os diversos projetos já realizados e em andamento, pode-se mencionar o *Girl Speak Project*, cujo objetivo era ajudar garotas a se expressarem por meio da escrita e da arte, de quatro modos: primeiro, foram dados diários a todas as adolescentes do sistema de adoção do condado Miami-Dade; em segundo lugar, foi feita uma visita ao campus da Universidade, onde foram realizadas diversas atividades artísticas; depois, organizou-se um concurso de trabalhos escritos, com prêmios em dinheiro; por fim, as participantes terão seus trabalhos escritos inseridos no site do programa.

Outros projetos a serem mencionados são as duas cartilhas intituladas *Know your rights*, contendo informações sobre os direitos básicos da criança e do adolescente, além de uma lista dos serviços oferecidos pelos programas governamentais, bem como a indicação dos recursos comunitários à disposição dos jovens adotivos para uma transição adequada para a fase adulta.

3. Qual a relação das clínicas com o currículo?

Além de fornecer assistência jurídica a pessoas carentes, a clínica também tem um forte componente curricular a ser cumprido nas salas de aula. Como já dito, o

programa é aberto aos estudantes do segundo e terceiro ano, que normalmente inscrevem-se pelo período de um semestre. Eles recebem de um a três créditos por pesquisas independentes, além de dois créditos por cursar os *workshops* ou seminários. Dentre estes, estão: Children and the Law; Community Justice: Lawyering Skills and Ethics; New Directions in Lawyering: Interviewing, Counseling, and Attorney-Client Relational Skills.

4. Qual a participação dos docentes nas clínicas?

Dois instrutores em regime de dedicação integral supervisionam o trabalho dos alunos. Além deles, há supervisão também de um recém graduado na Faculdade de Direito que foi premiado por trabalho desenvolvido na área da advocacia de interesse público.

5. Qual a metodologia utilizada nas clínicas?

A metodologia utilizada é basicamente o aprendizado fundado em problemas e casos reais. A idéia é ensinar que os advogados são solucionadores de problemas, que ajudam os outros a atingirem os seus objetivos, normalmente sob condições de incerteza e imprevisão.

Entre os objetivos pedagógicos da clínica, devem ser destacados: ensinar aos alunos a assumir a responsabilidade em questões de grande importância para clientes reais; fornecer assistência *pro bono* a pessoas em necessidade; tentar desenvolver as habilidades relativas à solução de problemas nos alunos; ensinar o trabalho cooperativo em grupo; criar oportunidades para os alunos refletirem sobre seus próprios valores sociais e considerar uma ampla gama de possibilidades profissionais; explorar os dilemas éticos que surgem na prática real da advocacia; encorajar a criatividade profissional, etc.

6. Como é feita a avaliação dos alunos?

Não há informações a respeito.

7. Quais são as habilidades a serem desenvolvidas?

A clínica busca desenvolver no aluno as habilidades fundamentais da advocacia e aguçar o seu senso de responsabilidade profissional, além de encorajá-lo a seguir carreiras jurídicas voltadas ao interesse público ou a dedicar uma parcela substancial de seu tempo de atividade jurídica ao desenvolvimento de trabalho pro bono aos mais necessitados. Em suma, a missão institucional do programa é ensinar aos estudantes de direito as habilidades e o senso ético típicos da advocacia, o que envolve clientes reais, em situações reais, com problemas reais, partindo-se do pressuposto de que os clientes são pessoas e não casos.

4. BIBLIOGRAFIA

MACCRATE, Robert, Educating a Changing Profession: from Clinic to Continuum, 64 Tennessee Law Review 1099 (1997).

MACCRATE, Robert, Introduction: Teaching Lawyering Skills, 75 Nebraska Law Review 643 (1996).

MACCRATE, Robert, Symposium on the 21st Century Lawyer: keynote address – the 21st Century Lawyer: is there a gap to be narrowed?, 69 Washington Law Review 517 (1994).

ENGLER, Russell, A Guide to Utilizing the MacCrate Report Over the Next Decade, 23 Pace Law Review 519 (2003).

- Sites pesquisados:

<http://www.law.georgetown.edu/clinics/>

http://www.law.yale.edu/outside/html/Legal_Services/

http://www.cardozo.yu.edu/academic_prog/clinical_prog.asp

<http://www.cleaweb.org/CLRabstracts/fall02.html>

<http://www.law.columbia.edu/focusareas/clinics>

<http://www.law.berkeley.edu/clinics/index.html>

<http://www.law.harvard.edu/programs/>

<http://www.law.uchicago.edu/>

<http://www.law.nyu.edu/>

<http://www.law.stanford.edu>

<http://www.law.miami.edu/>

<http://www.law.umich.edu/>

- 1. Apontamentos sobre a Pesquisa em Direito no Brasil**
Marcos Nobre

 - 2. Impact of the WTO Agreement on Textiles & Clothing on Brazilian Exports of Textiles and Clothing to the United States**
Guido Fernando Silva Soares
Maria Lúcia Pádua Lima
Maria Carolina Mendonça de Barros
Michelle Ratton Sanchez
Sérgio Goldbaum
Elaini Cristina Silva

 - 3. Reforma do Poder Judiciário, Desenvolvimento Econômico e Democracia**
Direito GV e Valor Econômico

 - 4. O Sistema de Justiça Brasileiro, a Produção de Informações e sua Utilização**
Luciana Cross Cunha
Alexandre Santos Cunha
Flávia Scabin
Mariana Macário
Marcelo Issa

 - 5. Reflexões sobre o ensino do Direito**
Flávia Portella Püschel
José Rodrigo Rodriguez

 - 6. I Simpósio OAB-SP e FGV-EDESP sobre Direito Empresarial e Novo Código Civil**
OAB-SP e Direito GV

 - 7. Premissas do projeto da Direito GV para desenvolvimento do material didático para o curso de Direito.**
Disciplina: Organização das Relações privadas
Mauricio Portugal Ribeiro

 - 8. Modelos de Adjudicação/ Models of adjudication**
Owen Fiss

 - 9. Relatório da Pesquisa de Jurisprudência sobre Direito Societário e Mercado de Capitais no Tribunal de Justiça de São Paulo**
Viviane Müller Prado
Vinícius Correa Buranelli
-

10. Poder Concedente e Marco Regulatório no Saneamento Básico

Alexandre dos Santos Cunha

André Vereta Nahoum

Conrado Hübner Mendes

Diogo R. Coutinho

Fernanda Meirelles Ferreira

Frederico de Araújo Turolla

11. Contando a Justiça: a Produção de Informação no sistema de Justiça Brasileiro

Luciana G. Cunha (org.)

12. Focos – Contexto Internacional e Sociedade Civil

Organizadores:

Michelle Ratton Sanchez

Cassio Luiz de França

Elaini C. G. da Silva